

Caderno de Provas

CCS 08 – NM

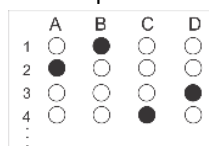
AUXILIAR DE APOIO PEDAGÓGICO

Edital Nº. 001/2023 –
Prefeitura / Câmaras Municipais do Seridó/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala de provas, entregue a **Folha de Respostas** ao fiscal.
- Ao retirar-se definitivamente da sala de provas, antes de decorridas três horas do início das provas, deverá entregar também o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 5 (cinco) questões de Informática e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Informática	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
TOTAL DA PROVA	30 questões	100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto a seguir.

Falácia do injustificável

Por Margareth Dalcolmo

Inacreditável que, em meio a tantos problemas relevantes e preocupações no momento que vivemos, com guerras insanas, recrudescimento de ódios, vilipêndio de culturas, necessidade de reconstruir tanta coisa, e, por outro lado, maravilhas tecnológicas que nos inspiram e desafiam em torná-las acessíveis ao maior número de pessoas, estejamos diante de uma discussão sobre algo tão sobejamente nocivo, em todos os sentidos, como os dispositivos eletrônicos de fumar. Mas o fato é que nas últimas semanas se intensificou o assunto, sob a pressão de produtores e políticos, para que a regulamentação vigente no Brasil desde 2009 e ratificada em 2022 seja revista, liberando a comercialização.

Independentemente do teor de qualquer argumento, subjetivo ou científico, a configurar uma retórica construída sobre o que poderíamos definir como uma criação do mal, é preciso deixar claro, para os não iniciados nessa já cansada discussão, que após tentativas de captar novos adictos em nicotina, ao longo dos anos, com uso de filtros, seguidas de formulações chamadas “light”, surgem no mercado, nos últimos quinze anos, os dispositivos eletrônicos de fumar. Se fossem apenas suntuários e lúdicos, como tantos outros objetos de consumo da nossa contemporaneidade, seriam aceitáveis. Mas não. Surgiram da obstinação da indústria em lucrar, após a redução do número de fumantes em várias regiões do planeta. Eles não são inocentes, eles não podem ser travestidos de “redutores de danos” em pessoas que querem abandonar os cigarros convencionais, uma vez que contém altas doses de nicotina, que é a substância altamente viciante. Estamos assim a criar novas legiões de dependentes. E aos que nos questionam, então o porquê de ser reaberta essa discussão em consulta pública pela Anvisa, como ora ocorre, por sessenta dias, esclarecemos que esse é um procedimento de boas práticas em processos regulatórios, e não necessariamente modifica o racional.

O Brasil como país vitorioso em sua pioneira luta contra os cigarros convencionais de direitos individuais, reduzindo substantivamente o número de usuários de quase 40% para menos de 10% da população, também o é na regulação que criou, desde 2009, proibindo a comercialização de qualquer produto de tabaco aquecido em território nacional. É falacioso afirmar que fabricar, gerar empregos e impostos superaria os gastos com saúde em decorrência das doenças.

É repetitivo afirmar que há consenso entre especialistas que a indústria do tabaco seja responsável por causar dezenas de doenças e 12% dos óbitos no mundo, de acordo com as estimativas da OMS. O uso desses dispositivos desencadeou até mesmo o surgimento de uma nova doença, denominada Evali (Doença Pulmonar Associada aos Produtos de Cigarro eletrônico ou Vaping), que pode levar o paciente à UTI, ou mesmo à morte, em decorrência de insuficiência respiratória. É falacioso afirmar que o Evali foi apenas um surto, ocorrido nos Estados Unidos, causado por concentrações sem controle de substâncias, entre elas o THC.

É falsa também a informação que a utilização de dispositivos eletrônicos de fumar no país quase quadruplicou em 4 anos. Toda a publicidade para a venda desses produtos não tem como alvo os dependentes do cigarro tradicional, mas sim um novo mercado consumidor composto, principalmente, por jovens, adolescentes e até mesmo crianças. No Brasil, entre estudantes de 13 a 17 anos, 16,8% já experimentaram cigarro eletrônico, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense), que contempla o período de 2009 a 2019.

Na reunião da Diretoria Colegiada da Anvisa dos últimos dias, houve manifestações subjetivas de pessoas, o que não deverá ser considerado em análise técnica frente aos relatórios absolutamente bem documentados com base na cronologia dos fatos científicos e experiências de regulamentação de outros países, apresentados nos votos dos diretores, em particular pelo Diretor Presidente Barra Torres. A Academia Nacional de Medicina também publicou contundente parecer contra qualquer liberação desses produtos.

Como os senhores da guerra, historicamente não matam, mandam matar e não morrem, mandam morrer, imagino que nenhum dono da poderosa indústria tabageira fume dispositivos eletrônicos ou estimulem que seus filhos o façam, em nome da preservação da saúde e do bem estar e tampouco se permitam a desfaçatez do argumento de “redução de danos”.

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/a-hora-da-ciencia/>[acesso em dez. de 2023]

- 01.** Considerando a intenção comunicativa prioritária e a sua composição, o texto apresenta elementos caracterizadores do gênero
- A) reportagem, visto que uma jornalista apresenta um aprofundamento sobre um acontecimento ocorrido recentemente.
 - B) artigo científico, visto que uma jornalista apresenta dados científicos acerca de um tema de relevância social.
 - C) artigo de opinião, visto que apresenta um ponto de vista defendido por uma autoridade especializada no tema.
 - D) artigo de divulgação científica, visto que uma cientista analisa os resultados de uma pesquisa para a população.
- 02.** O texto apresenta uma linguagem, predominantemente,
- A) conotativa com tendência a um nível de maior informalidade, o que está adequado ao gênero textual.
 - B) denotativa com tendência a um nível de menor informalidade, o que está adequado ao gênero textual.
 - C) conotativa com tendência a um nível de menor formalidade, o que está inadequado ao gênero textual.
 - D) denotativa com tendência a um nível de maior formalidade, o que está adequado ao gênero textual.
- 03.** O texto organiza-se a partir de uma sequência, predominantemente,
- A) explicativa, por esclarecer o leitor sobre os impactos do uso nocivo dos dispositivos eletrônicos de fumar.
 - B) argumentativa, por problematizar a liberação e a comercialização dos dispositivos eletrônicos de fumar.
 - C) argumentativa, por propor a resolução da problemática do uso dispositivos eletrônicos de fumar a partir da regulamentação desse produto.
 - D) explicativa, por descrever, minuciosamente, os efeitos nocivos na saúde dos usuários de dispositivos eletrônicos de fumar.
- 04.** O propósito comunicativo dominante no texto é
- A) defender o uso dos dispositivos eletrônicos de fumar por aqueles que desejam abandonar os cigarros convencionais.
 - B) divulgar resultados de pesquisa para conscientizar os brasileiros sobre os efeitos do uso de dispositivos eletrônicos de fumar.
 - C) propor estratégias de enfrentamento à liberação e à comercialização dos dispositivos eletrônicos de fumar.
 - D) desconstruir o ponto de vista daqueles que defendem a liberação dos dispositivos eletrônicos de fumar.
- 05.** O título “Falácia do injustificável” remete ao fato de se
- A) divulgar informação falsa ou propositalmente distorcida sobre a inexistência de consenso na comunidade científica acerca dos efeitos do tabaco.
 - B) utilizar argumentos de autoridade científica para convencer os usuários a fazerem uso de cigarros eletrônicos.
 - C) estabelecer uma falsa relação entre o uso de cigarros eletrônicos e a diminuição de danos no tocante ao uso de cigarros tradicionais.
 - D) fazer uma conclusão baseada em poucas evidências ou em casos isolados, baseados em dados comprovados cientificamente.

06. Considere o período a seguir.

Eles não são inocentes, eles não podem ser travestidos de “redutores de danos” em pessoas que querem abandonar os cigarros convencionais, uma vez que contém altas doses de nicotina, que é a substância altamente viciante.

As aspas foram utilizadas para demarcar uma

- A) ironia.
- B) negação.
- C) citação direta.
- D) ênfase da expressão.

Para responder às questões 7 e 8, analise o parágrafo a seguir.

É falsa também a informação que a utilização de dispositivos eletrônicos de fumar no país quase quadruplicou em 4 anos. Toda a publicidade para a venda desses produtos não tem como alvo os dependentes do cigarro tradicional, mas sim um novo mercado consumidor composto principalmente por jovens, adolescentes e até mesmo crianças. No Brasil, entre estudantes de 13 a 17 anos, 16,8% já experimentaram cigarro eletrônico, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense), que contempla o período de 2009 a 2019.

07. No último período do trecho, há uma

- A) citação indireta de uma voz autoritária e contrária ao posicionamento anterior.
- B) citação direta de uma voz autoritária e contrária ao posicionamento anterior.
- C) citação indireta, cuja finalidade é reforçar o posicionamento assumido, anteriormente, pelo autor.
- D) citação direta, cuja finalidade é explicitar um posicionamento refutado, anteriormente, pelo autor.

08. A palavra “até”, utilizada no parágrafo, trata-se de um

- A) preposição, indicando ideia de exclusividade e ironia.
- B) advérbio, funcionando com elemento de realce ou ênfase.
- C) preposição, sugerindo que as crianças também são consumidoras de cigarros eletrônicos.
- D) advérbio, sugerindo que as crianças não deveriam ser alvo do mercado de cigarros eletrônicos.

Para responder às questões 09 e 10, avalie o parágrafo a seguir.

É repetitivo afirmar que há consenso entre especialistas que a indústria do tabaco seja responsável por causar dezenas de doenças e 12% dos óbitos no mundo, de acordo com as estimativas da OMS. O uso desses dispositivos desencadeou até mesmo o surgimento de uma nova doença, denominada Evali (Doença Pulmonar Associada aos Produtos de Cigarro eletrônico ou Vaping), **que pode levar o paciente à UTI [1]**, ou mesmo à morte, em decorrência de insuficiência respiratória. É falacioso afirmar **que o Evali foi apenas um surto [2]**, ocorrido nos Estados Unidos, causado por concentrações sem controle de substâncias, entre elas o THC.

09. A interligação entre os dois últimos períodos é estabelecida por um conector elíptico. Um conector que pode ser utilizado para esclarecer a relação de sentido é o

- A) “por isso”.
- B) “porém”.
- C) “além disso”.
- D) “pois”.

10. Em relação às duas orações em destaque, é correto afirmar:

- A) A primeira oração exerce a função de substantivo.
- B) A primeira oração exerce a função de adjetivo
- C) As duas orações exercem função de adjetivo.
- D) As duas orações exercem a função de substantivo.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – INFORMÁTICA

11. Ao abrir o Explorador de Arquivos do Windows 10 Educacional e selecionar a opção "Documentos" no acesso rápido, o usuário pode criar uma pasta por meio do atalho
- A) CTRL+SHIFT+B
 - B) CTRL+SHIFT+Z
 - C) CTRL+SHIFT+N
 - D) CTRL+SHIFT+P
12. Para sublinhar uma palavra no programa Microsoft Word Professional Plus 2016 – PT-BR, o usuário deve utilizar o seguinte atalho do teclado:
- A) CTRL+N
 - B) CTRL+L
 - C) CTRL+M
 - D) CTRL+S
13. Ao abrir o navegador Google Chrome e pressionar no teclado CTRL+H, o usuário abrirá a janela de
- A) Histórico.
 - B) Downloads.
 - C) Extensões.
 - D) Configurações.
14. No navegador Edge da Microsoft, é possível abrir uma janela que não salva no computador os dados de navegação, arquivos temporários, histórico e *cookies*. Essa janela denomina-se
- A) Anônima.
 - B) InPrivate.
 - C) Privativa.
 - D) Primitiva.
15. A assistente pessoal criada pela Microsoft que auxilia os usuários no Windows 10 denomina-se
- A) Siri.
 - B) Alexa.
 - C) Cortana.
 - D) Bixby.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. O Estatuto da Pessoa com Deficiência tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e à cidadania. Esse estatuto se apresenta como a
- A) Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/2015.
 - B) Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, nº 3.298/1999.
 - C) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Portaria Ministerial nº 555/2007.
 - D) Política Nacional De Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, nº 10.502/2020.
17. A avaliação da deficiência numa abordagem biopsicossocial, defendida no Art. 2º, § 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, compreende as dimensões
- A) biológica, pedagógica e ambiental.
 - B) psicológica, pedagógica e social.
 - C) física, psicológica e pedagógica.
 - D) biológica, psicológica e social.
18. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, considera-se profissional de apoio escolar a pessoa que
- A) seja membro ou não da família, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
 - B) acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
 - C) exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
 - D) exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua no espaço da sala de aula, podendo substituir o professor, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.
19. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define as aprendizagens essenciais relacionadas aos conhecimentos, competências e habilidades a serem trabalhados em sala de aula, série a série/ano a ano, pelos professores e alunos, ao longo da escolaridade básica. Nesse sentido, a BNCC é
- A) o currículo escolar.
 - B) um documento normativo.
 - C) uma forma inflexível de organização curricular.
 - D) um roteiro de conteúdos e práticas pedagógicas sequenciais.

20. Em relação à Educação Especial e inclusiva, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014, estabelece, como **Meta 4**,
- A) universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
 - B) ofertar os serviços de atendimento educacional especializado, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
 - C) universalizar, para a população de 6 (seis) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.
 - D) garantir, para a população de 6 (seis) a 17 (dezessete) anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica, procurando manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência.
21. Os fundamentos pedagógicos da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) se sustentam nos conteúdos curriculares a serviço do desenvolvimento de
- A) habilidades e no compromisso com a educação integral.
 - B) competências e no compromisso com a educação integral.
 - C) competências e no compromisso com a educação multireferencial.
 - D) habilidades e no compromisso com a educação em tempo integral.
22. A lei nº 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 4º, apregoa que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes
- A) à saúde, à alimentação, à vida, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, ao trabalho, à liberdade e à convivência familiar.
 - B) à saúde, ao trabalho, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência comunitária.
 - C) à vida, à saúde, ao trabalho, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
 - D) à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
23. As adequações curriculares se constituem como possibilidades educacionais para atender às manifestações de dificuldades de aprendizagem dos alunos, envolvendo graduais e progressivas adequações, podendo ser consideradas significativas e *não* significativas. As adequações organizativas no âmbito da adequação *não* significativa do currículo têm um caráter facilitador do processo e diz respeito
- A) à seleção das técnicas e instrumentos utilizados para avaliar o aluno.
 - B) à eliminação de objetivos básicos, introdução de objetivos específicos alternativos e complementares.
 - C) ao tipo de agrupamento de alunos para a realização das atividades de ensino e de aprendizagem.
 - D) à organização significativamente diferenciada da sala de aula para atender às necessidades específicas do aluno.

24. São considerados recursos e estratégias de comunicação alternativa/ampliada que complementam ou trazem alternativas para fala de difícil compreensão ou inexistente para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, principalmente com paralisia cerebral e que apresentam dificuldades funcionais de fala e de escrita. Essa descrição refere-se nos referindo as
- A) ao soroban e ao reglete.
 - B) às órteses e as próteses.
 - C) às pranchas de comunicação e aos vocalizadores portáteis.
 - D) à aranha mola para fixação da caneta e aos engrossadores de lápis.
25. A definição de deficiência encontra-se expressa na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. No decreto nº 11.063/2022, Art. 2º Inciso I, a deficiência física é considerada uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, que acarrete o comprometimento da função de várias formas. Nesse sentido, entende-se que a
- A) hemiplegia se caracteriza como paralisia na metade do corpo.
 - B) paraplegia compreende a paralisia do pescoço para baixo.
 - C) tetraplegia se refere à paralisia da cintura para baixo.
 - D) monoplegia se caracteriza como a falta de um membro do corpo.
26. Conforme a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL/MEC/2008), a Educação Especial constitui-se em modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e demais modalidades, responsável pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE). Na implantação da Sala de Recursos Multifuncionais para a oferta do AEE, compete à escola
- A) registrar, no Censo Escolar MEC/INEP, a matrícula única de alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns.
 - B) construir o Projeto Político Pedagógico considerando a flexibilidade da organização do AEE, realizado individualmente ou em pequenos grupos, conforme o Plano de AEE de cada aluno.
 - C) programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola.
 - D) orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação.
27. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008) e conforme o disposto no Decreto Nº 7.611/2011, art. 1º, a educação das pessoas público-alvo da Educação Especial deverá observar algumas diretrizes tais como:
- I. garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.
 - II. aprendizado ao longo de toda a vida.
 - III. não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência.
 - IV. oferta de educação especial preferencialmente nas escolas especiais e centros de ensino especializados.
 - V. adoção de medidas de apoio coletivo e efetivo, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico, de acordo com a meta de inclusão parcial.

De acordo com o exposto, estão corretos os itens

- A) I, II, III.
- B) I, III e IV.
- C) I, II, IV e V.
- D) II, III, IV e V.

- 28.** Planejar é uma atitude de traçar, projetar, programar e elaborar um roteiro para o caminho de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para/com o grupo de crianças. Nessa perspectiva, o planejamento didático-pedagógico é um processo que envolve
- A) uma forma rígida de organização e sistematização de ações, com foco nos conteúdos curriculares.
 - B) atitude passiva do educador diante das aprendizagens dos discentes, uma vez que está preocupado com a sua prática docente.
 - C) operações mentais, como definir, selecionar, refletir, distribuir ao longo do tempo e prever formas de agir e organizar as ações.
 - D) um roteiro de ações a serem executadas com os estudantes, independentemente do contexto vivencial.
- 29.** Conforme determina a atual LDBEN (Lei nº9.394/1996), o Ensino Fundamental, organizado em duas fases (Anos iniciais e Anos Finais), é a etapa mais longa da Educação Básica, atendendo estudantes entre
- A) 5 e 13 anos de idade.
 - B) 6 e 14 anos de idade.
 - C) 6 e 17 anos de idade.
 - D) 7 e 17 anos de idade.
- 30.** “É considerada como uma área interdisciplinar do conhecimento, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços para promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, para lhes proporcionar autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão em todos os âmbitos da sociedade.” (VARELA e OLIVER, 2013, p.1773). O excerto traz elementos que expressam a definição de
- A) desenho universal.
 - B) tecnologia assistiva.
 - C) salas de recursos multifuncionais.
 - D) atendimento educacional especializado.